

edição nº 322 • crusoe.com.br

Crusoe

RESISTÊNCIA CIVIL

Como conter o autoritarismo dos
"salvadores da democracia"





Lula: sem conseguir reduzir juros na marra, nem fazer leilão do arroz

Resistência civil

Como conter o autoritarismo dos "salvadores da democracia"

05.07.24



DUDA TEIXEIRA

Os últimos dias não foram úteis para as instituições democráticas brasileiras. Lula tem atacado sem cessar o Banco Central, exigindo uma redução na taxa de juros com total desprezo pela autonomia da instituição. Também começou a fazer campanha para candidatos municipais, antes do prazo eleitoral, e chamou jornalistas de "cretinos" porque o culpavam pela subida do dólar. No Judiciário, ministros do Supremo Tribunal Federal, STF, assumiram as funções do Legislativo e definiram a quantidade de droga que cada pessoa pode possuir para consumo próprio. Em seguida, seis ministros da Corte viajaram para participar em Lisboa de um evento organizado pela faculdade de Gilmar Mendes, o IDP, em que se encontram com empresários cujas companhias têm ações no tribunal.

No final, nenhuma dessas iniciativas foi bem-sucedida. Elas foram duramente criticadas ou caíram no vazio. Em comum, todas foram protagonizadas por pessoas que se colocaram como os paiadinos da democracia e consideraram o ex-presidente Jair Bolsonaro como um autoritário, principalmente pelo seu desrespeito às instituições. "Lula, na verdade, resgatou a democracia no Brasil", disse Gilmar, no início do ano passado. Contudo, são esses pretensos salvadores da democracia os que mais maltratam atualmente. Felizmente para os brasileiros, a democracia, com todos os seus defeitos e virtudes, tem se mostrado resiliente. Se foi capaz de resistir a Bolsonaro, é capaz de aguentar Lula e o ativismo do STF.

"Todo populista, seja de esquerda ou de direita, tem uma dificuldade muito grande de lidar com restrições". Então, eles ficam sempre tentando meios de driblar as regras do jogo", diz o cientista político Carlos Pereira, da Fundação Getúlio Vargas, coautor do livro *Por que a democracia brasileira não morreu?*. "Em seus primeiros dois mandatos, Lula teve problemas com as agências reguladoras. Agora, ele entra em conflito com o Banco Central", afirma Pereira. Seu livro, lançado este ano em parceria com o cientista político Marcus André Melo, analisa as características da democracia brasileira que permitem suportar tentativas autoritárias, seja da esquerda ou da direita.

O que garante a resiliência da democracia brasileira não é a ação de alguns que se consideram iluminados, mas principalmente o vigor da sociedade civil organizada brasileira, o que engloba a imprensa independente, as organizações não governamentais e entidades formadas pelas empresas privadas. Outra explicação é o controle que os três poderes, Executivo, Judiciário e Legislativo, exercem entre si, sob vigilância constante da opinião pública.

Um exemplo recente de regulamentação democrática ocorreu dentro do Banco Central. Desde o ano passado, Lula tem olhado para o presidente da instituição, Roberto Campos Neto. Já o chamaram de "infiltrado de Bolsonaro" e sabotador. "Definitivamente, acho que ele tem viés político", disse o presidente esta semana. Lula sonha com uma redução da taxa Selic para impulsionar a economia e ajudar o PT nas eleições municipais. Até o momento, o presidente já nomeou quatro dos nove diretores do BC. A diretoria de política monetária foi colocada a cargo de Gabriel Galípolo, que tinha sido recomendado por Fernando Haddad e já foi considerado como "menino de ouro", por Lula. Na última reunião do Copom, no mês passado, tudo indicava que o presidente conseguiria a redução nas taxas de juros que ele tanto desejava.

Não funcionou. O Copom manteve a taxa de juros no patamar de 10,50% ao ano, em uma decisão tomada por unanimidade. Ou seja, todos os nove diretores votaram juntos. A ata divulgada pelo Copom trouxe as explicações técnicas para a decisão, mas o mais interessante nesta história é que as questões individuais não interferem. Os diretores nomeados por Lula não buscaram agradar o chefe.

Apolar uma decisão claramente equivocada de queda de juros poderia ser prejudicial quando se considera que presidentes em uma democracia são provisórios, enquanto a carreira de cada um deles, não.

"Há muitos incentivos para que os diretores do Banco Central indicados por Lula não sucumbirem às pressões do presidente. Todos eles sabem que a crise econômica de 2015 começou quando a presidente Dilma Rousseff forçou uma redução da taxa Selic. Repetir o erro teria um impacto negativo na reputação deles, que não seriam mais convidados para eventos acadêmicos ou para ocupar a presidência de um banco", diz o economista Mailson da Nóbrega, da Tendências Consultoria. "Além disso, a população brasileira se familiarizou com as discussões do Copom, e os erros não passam mais despercebidos como no passado."

Lula não demorou a reclamar da decisão do Copom: "Quem quer o Banco Central do Brasil é o mercado". Mas aquilo que o presidente entende como o mercado na realidade é a força da sociedade brasileira organizada, que não quer ser enganado novamente em uma crise sem qualquer motivo.

No Supremo Tribunal Federal, a reação ao ativismo da Corte de descriminalizar a posse de maconha veio de todos os lados, até mesmo de dentro do STF. O Senado reagiu aprovando uma lei que proíbe a posse de qualquer quantidade de entorpecente. O presidente Lula deu declarações dizendo que o "STF não pode se meter em tudo". E o mais surpreendente: três ministros da Corte deram declarações contundentes contra o ativismo judicial. André Mendonça afirmou que descriminalizar a posse de drogas seria "passar por cima do legislador", no caso, o Congresso. Luiz Fux disse que, em referência aos demais ministros: "Nós não somos juízes eleitos, o Brasil não tem governo de juízes". Edson Fachin pediu "parcimônia, comedimento e compostura" do Judiciário. Segundo ele, "abdicar dos limites é um convite para pular no abismo institucional".

O cenário já era nebuloso quando o evento alegado de Gilmarpalooza aconteceu em Lisboa. Doze empresas que participaram do evento tiveram processos em andamento no Supremo. Ao entrar no evento de Gilmar Mendes, o objetivo delas é influenciar as decisões da principal Corte do país. Para acomodar grupos de políticos, o Fórum de Lisboa precisou até mudar de nome e tirou a palavra "Jurídico" do seu título. Três ministros do STF votaram o convite: Kassio Nunes Marques, Cármen Lúcia e Luiz Fux. Uma notícia no portal UOL publicada na terça-feira, 2, dizia que "alguns ministros" estariam criticando internamente o encontro, incluindo André Mendonça e Edson Fachin. A reação tem ocorrido todos os anos, mas nunca foi tão forte. Nas pesquisas de opinião, cerca de metade dos brasileiros diz não confiar no STF e em seus ministros. A indignação é tão grande que um evento desse tipo seria impensável no Brasil, como o ministro do STF Flávio Dino: "Por que fazer esse fórum em Lisboa? Porque talvez no Brasil fosse impossível, infelizmente".

Essa pressão da sociedade civil, que influencia os votos no Copom e impede a realização de eventos como o Gilmarpalooza no Brasil, é difícil de ser mensurada e não impede retrocessos no futuro. Mas a existência dessa força é inegável. Só nas últimas semanas, a sociedade civil organizada brasileira barrou o desastroso governo do arroz estatal e o PL do Aborto no Congresso. Assim que o governo anunciou a vontade de importar grãos após as enchentes no Rio Grande do Sul, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, veio ao público para dizer que, além de descrever, a medida prejudicaria os produtores nacionais. A ideia foi engavetada, com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciando o cancelamento "desses leilões" pois "os preços do arroz caíram". No Congresso, a Frente Parlamentar Evangélica conseguiu a proeza de, em um país majoritariamente contra o aborto, obter a oposição de 66% da população em um projeto de lei, segundo o Datafolha. A tradução se deu porque a punição para a mulher estuprada seria superior ao seu estuprador. Acabou sendo mais uma iniciativa abortada.

A força da sociedade civil foi muito bem documentada pelo aristocrata francês Alexis de Tocqueville, após uma viagem de quase um ano pelos Estados Unidos. Em seu livro *Democracia na América*, de 1835, Tocqueville se mostrou impressionado com a capacidade de organização do povo. "Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, unem-se sem parar. Não têm apenas associações comerciais e industriais, das quais todos tomam parte, como também têm milhares de tipos: religiosas, morais, religiosas, fúteis, muito gerais e extremamente específicas, imensas e pequenas", escreveu Tocqueville. O hábito de se unir pelo bem comum foi pastoreado pelos americanos da Inglaterra, que já havia realizado a maior campanha de mobilização da opinião pública para abolir a escravidão e o tráfico negro, no final do século 18.

O movimento iniciado na Inglaterra ainda daria frutos em solo americano, repercutindo nas posições abolicionistas do presidente Abraham Lincoln. Na década de 1960, foi também por pressão da opinião pública que o presidente Lyndon Johnson assinou a Lei dos Direitos Civis, proibindo a discriminação com base em raça, cor, religião, sexo e nacionalidade, e a lei para garantir o voto dos negros. "Essas ideias não partem da Casa Branca. Elas foram o resultado de um movimento extremamente organizado, que teve ampla participação de líderes religiosos", diz Lucas de Souza Martins, professor de História dos Estados Unidos na Temple University, na Filadélfia. "Essa e outras transformações da sociedade não ocorreriam sem pressão da sociedade civil."

No Brasil, a sociedade civil foi capaz de prosperar apesar de um governo forte e pesado, mas na maioria das vezes se mostrou ineficiente e caro. Após as enchentes no Rio Grande do Sul, ficou clara a capacidade organizativa da sociedade, que preferiu não esperar pela ajuda estatal. Fenômeno semelhante ocorreu nos Estados Unidos, quando a rede logística do hipermercado Walmart foi a que mais conseguiu distribuir alimentos e roupas após o furacão Katrina, que arrasou a cidade de Nova Orleans, em 2005.

"É uma boa notícia que o brasileiro está se enxergando cada vez mais como o principal ator da preservação da democracia do país", diz Souza Martins. "Um povo maduro não pode terceirizar a preservação da democracia para o Supremo, para a Presidência ou para o Congresso. A manutenção da democracia passa, acima de tudo, pelo eleitor. É esse o caminho."



Luis Felipe Salomão: acordo de 600 milhões de reais para empresas

O Domingo do Salomão

Documentos levantam dúvidas sobre homologação do acordo entre Banco do Brasil e ex-empresas de Edison Lobão

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

05.07.24



WILSON LIMA

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

Decisões proferidas em um sábado ou domingo são extremamente nacionais no Supremo Tribunal Federal, STF, e no Superior Tribunal de Justiça, STJ. Exceções normalmente ocorrem com medidas urgentes, como a concessão de habeas corpus e mandados de segurança em caso de prisão ou apreciação de pedidos de liberdade provisória. É essa a recomendação, aliás, do Conselho Nacional de Justiça, CNJ. Quando decisões não urgentes ocorrem em finais de semana, isso costuma ser um bom motivo para prestar mais atenção no caso.

Há duas semanas, **Crusoé** revelou detalhes de um acordo multimilionário entre o Banco do Brasil e duas empresas maranhenses que tiveram, entre seus acionistas, Edison Lobão, ex-ministro de Lula e Dilma Rousseff. Agora, um detalhe chama a atenção no certo de 600 milhões de reais. O ministro Luís Felipe Salomão, do STJ, homologou a questão judicial envolvendo o Grupo Calman — composto por duas sociedades anônimas, a Almar (Destilaria Calman S/A) e a Cooperativa Mista Industrial e Agrícola Nossa Senhora das Graças (Coopergrças) — **em um domingo à noite. Em teoria, fora do expediente normal de trabalho.**

A reportagem pediu explicações ao ministro e ao Banco do Brasil. Até o fechamento desta matéria, não houve retorno por parte do magistrado (mas o espaço continua aberto). O BB refutou *“veementemente quaisquer ilações a propósito da solução firmada em petição conjunta, homologada pelo STJ.”*

Obviamente, nada impede um magistrado, por livre e espontânea vontade, possa **dar um fim, em pleno domingo, a um caso que tramitava há aproximadamente 30 anos na Justiça**. Poderia ser até um exemplo de devoção ao ofício para os demais magistrados, em seguídas viagens pelo mundo. Mas documentos emitidos por **Crusoé** sugerem que o banco instruiu as empresas a tomarem decisões para evitar que tercelros questionassem a decisão.

O magistrado fez a homologação do acordo precisamente às 19 horas, 13 minutos e 11 segundos de um não muito distante 17 de setembro de 2023 — cinco dias após a formalização da proposta e três dias após os advogados das empresas aceitarem o acordo tendo peticionado a peça no STJ. Tudo eletronicamente. Além de ter assinado a homologação, Salomão liberou 1,2 bilhão de reais do Banco do Brasil, valor que estava bloqueado por causa de disputa judicial com o grupo empresarial.

Outro detalhe: a peça — assinada por Gladston Ariani Barbosa, gerente-geral de cobrança e recuperação de crédito do BB, e Selir Negrão Filho, gerente-geral de recuperação de crédito Ingresso — **não tem nenhuma menção ao valor do acordo**. Além disso, o texto deixa claro que até os advogados envolvidos na causa estavam renunciando aos **honorários sucumbenciais — aquele valor destinado ao defensor de uma causa a título de salário**.

Agora, é que a história ganha outros contornos. As petições apresentadas pelas empresas envolvem a adoção de protocolos e procedimentos judiciais recomendados pela consultoria jurídica do Banco do Brasil conforme relatórios sigilosos emitidos pela **Crusoé**. A estratégia tinha como objetivo mitigar questionamentos futuros sobre esse acordo multimilionário. O próprio BB admite isso nos pareceres Internos. Tudo em casa. Tudo combinado.

Durante a negociação para a formalização do acordo, a Gerência de Recuperação de Crédito do Banco do Brasil questionou o setor jurídico do banco, em 1º de setembro de 2023, sobre os riscos da formalização do acordo para acabar com a questão judicial.

Além dos riscos estatísticos, o setor jurídico discordou sobre os problemas do acordo. Ao mesmo tempo, apresentou uma combinação de soluções.

Primeiro, as transações — que estavam em litígio com o banco — deveriam configurar **um instrumento de transação para cada uma das partes, de forma separada**. Depois, elas deveriam informar ao STJ que o banco era o vencedor das chamadas ações rescisórias (**o caso é explicado na edição 320 da revista**). E mais gritante: o BB sugere que as partes “ *não podem condicionar os termos em que são proferidas as decisões judiciais*”, dando margem para que nem mesmo os valores das transações sejam registrados na Justiça.

Na prática, o acordo multimilionário seria um grande acordo de cavaleiros. Sem valores, sem o registro no Poder Judiciário sobre como os 600 milhões seriam quitados.

“ *Não se pode esquecer que, além do pagamento de 600 milhões de reais, foram perdoadas dívidas bilionárias. Uma transação judicial dessa magnitude, talvez inédita na história do banco, não deve ser realizada ‘pelos baixos dos panos’*. Se, futuramente, essa questão voltará a ser discutida judicialmente, como explicar em juízo que o acordo prévio de pagamento de 600 milhões de reais fora dos automóveis do processo? Não houve uma mediação? Se houvesse, (o mediador) deveria ter tomado conhecimento, afinal, o acordo deve ser satisfatório para ambas as partes”, disse um importante ex-executivo do Banco do Brasil, ouvido sob a condição de anônimo.

Em outro trecho do parecer, o setor jurídico do Banco do Brasil fez sugestões sobre como deveria ser escrita a peça por parte das empresas.

Dito e feito. O documento protocolado no STJ faz referência apenas ao encerramento do litígio entre a Almar/Coopergrças e o Banco do Brasil com o reconhecimento, por parte das empresas, da procedência das chamadas ações rescisórias. Uma em nome da Almar, a que calu nas mãos do ministro Luis Felipe Salomão – o relator originário do processo; e outra, em nome da Coopergrças... essa nas mãos do ministro Humberto Martins.

A petição da Coopergrças chegou às mãos de Martins em uma quinta, 14 de setembro, às 15h51 — menos de uma semana após o Banco do Brasil ter dado entrada no acordo. Ao menos essa homologação ocorreu no horário normal de expediente: na sexta-feira, às 12h50. A petição de Felipe Salomão foi proposta em um domingo à noite, conforme citado anteriormente.

Mas o que parecia um plano perfeito não saiu como o BB imaginava. Um dos advogados excluídos da transação, André Paulo Alaylon, compareceu ao STJ e questionou o acerto milionário do BB, cobrando os tais honorários sucumbenciais. Qual o seu interesse? Simples: ele era um dos advogados da Coopergrças no início do processo.

A Segunda Sessão do STJ, em abril deste ano, foi anulado o acordo do BB no tocante aos tais honorários sucumbenciais. No voto condutor, o ministro Humberto Martins foi muito claro: “ *Não se pode renunciar a bem que não lhe pertença, uma regra incontestável do direito de propriedade. Não se pode renunciar aos honorários advocatícios sucumbenciais caso de sentença transitada em julgado se o advogado não estiver participando do acordo*”.

Advogados criminalistas consultados por **Crusoé** apontam que o não registro detalhado dos termos do acordo não é usual e isso pode ser configurado até mesmo como ato de **Improbidade administrativa**, já que as condições acatadas pelo banco não ficam claras e podem causar prejuízos à estatal, caso as condições de fato não tenham sido vantajosas.

Em resposta à Crusoé, o Banco do Brasil **negou que houve irregularidade no acordo**.

“*O Banco do Brasil reafirma os termos da resposta oferecida em 20.06.2024 e volta a refutar veementemente quaisquer ilações a propósito da solução firmada em petição conjunta, homologada pelo STJ. O assunto já é de conhecimento e análise das autoridades e dos órgãos de controle competentes, para os quais o Banco vem prestando as informações solicitadas. Por fim, cumpre registrar que a divulgação de informações falsas ou prejudiciais ao Banco do Brasil pode caracterizar ilícitos tipificados na legislação.*”

Como revelou **Crusoé**, o BB topou pagar uma multa multimilionária a um conglomerado de empresas — Almar Agroindustrial e Coopergrças — que tinha, até recentemente, a participação acionária do ex-ministro de Minas e Energia dos governos Lula e Dilma, Edison Lobão. E isso depois que o banco levou um calote do conglomerado, ainda nos anos de 1990. A negociação foi criticada por ex-diretores do banco por ter sido assinada às pressas, em 2023.

Apesar do envolvimento de duas empresas distintas, o setor jurídico do Banco do Brasil deu aval para que a indenização multimilionária fosse paga apenas uma das empresas envolvidas para que a outra envolvida fugisse de tratados judiciais. A beneficiada, no caso, foi a Coopergrças.

Um parecer confidencial do próprio Banco do Brasil solicitado pela reportagem apontava o risco da transação, tal como solicitado, sendo vista como uma simulação jurídica para evitar o pagamento de débitos fiscais, trabalhistas e até honorários advocatícios, permitindo que o dinheiro fosse todo embolsado apenas por uma das beneficiárias.

Após a revelação de **Crusoé**, o Ministério Público ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) apresentou uma representação para investigar indícios de fraude no acordo firmado pelo grupo Calman. O caso agora está nas mãos do ministro Jorge Oliveira.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Levantamento apontando que Legislativo custa o equivalente a 0,55% do PIB

Um Congresso a 95,6 mil reais por minuto

Isso é quanto custam nosso Legislativo nacional, apontando levantamento do Ranking dos Políticos. Com remuneração e penduricalhos fora da realidade do país, é o mais caro do continente

05.07.24



GUI MENDES

O Congresso brasileiro, com seus 513 deputados e 81 senadores, precisou de 19.894 dólares por minuto durante todo o ano de 2022. Os dados, que nos colocam como o Legislativo mais caro da América do Sul, constam em um levantamento do Ranking dos Políticos, publicado com exclusividade por **Crusoé**. Era como se o Legislativo tivesse 95,6 mil reais naquele ano, a cada 60 segundos.

O cálculo vale os dados de 2022 e 2023 fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e comparou os parlamentos da parte sul do continente, assim como as principais economias do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido). Os dados do Legislativo brasileiro, compilados pela ONU e pelo Ranking, apontam 10,46 bilhões de dólares em orçamento para o ano.

O custo elevado do Congresso não preocupa nada se o Brasil fosse um país rico, em que todos os seus habitantes têm uma renda semelhante. Mas esse claramente não é o caso. No Brasil, os parlamentares receberam em 2022 o equivalente a **15,24 vezes a renda média de um cidadão**, o que coloca o país como o quarto mais desigual do continente, atrás da Venezuela, Colômbia e Argentina.

Nem quando a comparação é feita sobre o PIB de seus países, o que aparece é algo bom. O nosso Congresso custa 0,55% do Produto Interno Bruto (PIB), o que na região só está abaixo da Venezuela (que consome 3,89% do seu PIB com o Legislativo) e o Paraguai (2,86%).

Quando a regra são os países mais ricos do G7, é difícil defender o Parlamento brasileiro: o Congresso dos EUA consome o equivalente a 0,01% do PIB americano para cumprir suas funções. Seus parlamentares receberam, em 2022, cerca de 65 mil reais, cerca de 2,8 vezes a renda média do americano. O problema em Washington, portanto, é bem menor. Os Estados Unidos têm uma economia muito maior, que pode arcar com custos altos, e não há uma grande diferença salarial entre os parlamentares e demais americanos.

Além da questão financeira, pode-se olhar também para o Congresso brasileiro sob o ponto de vista da qualidade. É difícil comparar projetos de qualidade aprovados nos últimos anos — como a Reforma Trabalhista, da Previdência e a Reforma Tributária — com faixas de propostas sem um propósito digno, como a lei que aprovou a cidade de Nova Friburgo (RJ) a *“Sulça brasileira”*, e que foi sancionada nesta semana. No final, independentemente do seu conteúdo, **cda uma delas custa, em média, 3 milhões de reais para ser aprovado, segundo o Ranking dos Políticos**.

Mais do que isso, o Parlamento está se tornando um lugar de pouco consenso, em que o diálogo dá às vias de fato, como nas agressões trocadas entre Nikolas Ferreira (PL) e André Janones (Avante), dois deputados de Minas Gerais.

“Com esse tanto de parlamentares, recebimentos de altos vencimentos, nosso Parlamento poderia render muito mais”, diz o diretor de Relações Governamentais do Ranking dos Políticos, Tales Pauletti. Um dos autores do levantamento, ele defende que a disparidade poderia ser ainda maior, visto que o salário não leva em consideração os diversos penduricalhos à disposição dos nossos representantes. Enquanto os parlamentares britânicos não recebem nada além do seu salário, os seus pares brasileiros recebem verbas extras por moradia, além de **100 mil reais para despesas do seu gabinete**.

Não é que o Congresso trabalhe pouco. Pelo contrário, o Legislativo brasileiro trabalha muito — mas muito mal. *“Nós temos uma característica no Congresso: os deputados se sentem, mais e mais, como funcionários”*, diz Alexandre Pires, professor de Relações Internacionais e Economia do Ibmec de São Paulo. *“Nosso Parlamento viveu em sessões mais curtas, de dois a três meses, no período imperial. No período republicano, o Congresso passou a dar satisfações diariamente.”*

Dispondo de uma máquina com 19,3 mil servidores para manter seus serviços, os custos do Congresso só aumentam, ano a ano. Para 2024, o Orçamento brasileiro previu quase 14 bilhões de reais em verbas para as duas casas do Legislativo. E o salário dos deputados chegou a 44 mil reais, ainda 14,77 vezes mais que a renda média do trabalhador brasileiro.

A solução, defendem Pauletti e Pires, envolve uma questão maior do que qualquer partido. *“É preciso parar de olhar questões ideológicas para se tornar mais eficiente e buscar o bem do Brasil”*, diz Pauletti, do Ranking dos Políticos.

“Uma saída inteligente passa por uma visão executiva do Congresso Nacional, que se apoia em proporção e apresenta um projeto de país durante a sua legislatura”, diz Pires.



Joe Biden após o debate: familiares dizem que ele estava cansado

Um limite para a idade do presidente

Fiasco de Joe Biden em debate reabre discussão sobre impedir que pessoas muito idosas concordem com cargos públicos

05.07.24



CAIO MATTOS

Não se fala em outra coisa nos Estados Unidos. Desde que o presidente Joe Biden não conseguiu completar algumas frases e confundiu assuntos no debate presidencial com Donald Trump na quinta-feira, 27 de Junho, o país inteiro questionou sua capacidade de governar e cogitou sua desistência na campanha. Biden está com 81 e irá encerrar seu mandato com 82. Caso consiga se reeleger, ele teria 86 ao final do segundo mandato.

Uma das questões que os americanos estão se fazendo neste momento é: deveria haver um limite para impedir que políticos se candidatem à Casa Branca, para evitar que eles exerçam o mandato quando já não estejam em condições para tanto? A resposta para eles parece ser que sim. Segundo uma pesquisa do Pew Research Center publicada no final do ano passado, **79% dos eleitores acreditam que deveria haver um limite máximo de idade para a Presidência, assim como para outros cargos eleitorais federais**.

Não é uma pergunta nova. O país já tem um histórico de mandatários com saúde debilitada. Na virada das décadas de 1910 e 1920, nos últimos três anos de seu mandato, o democrata Woodrow Wilson ficou parcialmente incapacitado devido a um colapso cerebral. Ele tinha 63 anos. Então, a primeira-dama, Edith Wilson, passou a filtrar os relatórios presidenciais e a delegar tarefas aos funcionários do gabinete. Historiadores que analisaram documentos burocráticos da época acreditavam que ela, e não ele, comandava o país durante boa parte do seu segundo mandato, que acabou em março de 1921.

Também ficou conhecido o caso de Mal de Alzheimer que acometeu Ronald Reagan. O republicano tornou-se, em sua época, o presidente mais velho ao final de seu mandato, em 1989, aos 77 anos. Em 2011, um dos filhos de Reagan confirmou as suspeitas da imprensa de que seu pai já havia relatado sintomas nos últimos anos da Presidência. O anúncio oficial da doença veio apenas meia década após o republicano deixar o poder.

A questão, contudo, não é a idade avançada, mas a capacidade de raciocínio e a memória do presidente em exercício. “*Deve alguém que não consiga completar uma frase sobre o Medicare (no debate) ser confiável com os códigos nucleares*”, questionou a revista britânica *The Economist* em sua última edição. A mera suspeita sobre sua capacidade cognitiva, aliás, já tem consequências e pode gerar problemas, caso outros líderes mundiais e grupos terroristas entendam que a maior potência militar do planeta não está em condições de reagir a ameaças.

Funcionários do governo, familiares de Biden e políticos democratas deram uma longa lista de desculpas para justificar as falhas mentais de Biden no debate presidencial. A Casa Branca nega que ele sofra de qualquer doença neurodegenerativa, mas não divulga nenhum teste cognitivo do presidente. Familiares do presidente afirmaram que ele estava cansado, após várias viagens pelo mundo. Biden também estava com a voz rouca no debate, porque estava resfriado naquele dia. **Ele ainda por cima é gago**, o que gera uma dificuldade maior que o normal para construir uma frase. “*Biden foi bem ativo durante seu governo, mas ele se enrola em suas palavras por causa das gaguejadas. Assim, a imagem de Biden como um homem mais velho fica presente*”, diz a cientista política Lilly Goren, da Universidade Carroll, em Wisconsin.

O Congresso americano não deve importar um limite máximo de idade para candidatos à Presidência em um futuro próximo. Em primeiro lugar, porque isso exigiria uma emenda constitucional e não há apoio político suficiente para tal. Além disso, há o risco de que uma proposta do tipo seja vista como preconceituosa em relação aos idosos, grupo que representa uma parcela crescente da população americana e que se mantém ativo em vários setores. “*Os mais velhos são a faixa demográfica que mais cresce nos Estados Unidos*”, diz Goren. A faixa de mais de 65 anos cresceu 9,4% entre 2020 e 2023, segundo o Censo americano, e beira os 60 milhões de uma população de 300 milhões. Em comparação, a faixa de zero a 14 anos caiu em 3,3% no mesmo período. de seu mandato, em 1989, aos 77 anos. Em 2011, um dos filhos de Reagan confirmou as suspeitas da imprensa de que seu pai já havia relatado sintomas nos últimos anos da Presidência. O anúncio oficial da doença veio apenas meia década após o republicano deixar o poder.

A questão, contudo, não é a idade avançada, mas a capacidade de raciocínio e a memória do presidente em exercício. “*Deve alguém que não consiga completar uma frase sobre o Medicare (no debate) ser confiável com os códigos nucleares*”, questionou a revista britânica *The Economist* em sua última edição. A mera suspeita sobre sua capacidade cognitiva, aliás, já tem consequências e pode gerar problemas, caso outros líderes mundiais e grupos terroristas entendam que a maior potência militar do planeta não está em condições de reagir a ameaças.

Funcionários do governo, familiares de Biden e políticos democratas deram uma longa lista de desculpas para justificar as falhas mentais de Biden no debate presidencial. A Casa Branca nega que ele sofra de qualquer doença neurodegenerativa, mas não divulga nenhum teste cognitivo do presidente. Familiares do presidente afirmaram que ele estava cansado, após várias viagens pelo mundo. Biden também estava com a voz rouca no debate, porque estava resfriado naquele dia. **Ele ainda por cima é gago**, o que gera uma dificuldade maior que o normal para construir uma frase. “*Biden foi bem ativo durante seu governo, mas ele se enrola em suas palavras por causa das gaguejadas. Assim, a imagem de Biden como um homem mais velho fica presente*”, diz a cientista política Lilly Goren, da Universidade Carroll, em Wisconsin.

O Congresso americano não deve importar um limite máximo de idade para candidatos à Presidência em um futuro próximo. Em primeiro lugar, porque isso exigiria uma emenda constitucional e não há apoio político suficiente para tal. Além disso, há o risco de que uma proposta do tipo seja vista como preconceituosa em relação aos idosos, grupo que representa uma parcela crescente da população americana e que se mantém ativo em vários setores. “*Os mais velhos são a faixa demográfica que mais cresce nos Estados Unidos*”, diz Goren. A faixa de mais de 65 anos cresceu 9,4% entre 2020 e 2023, segundo o Censo americano, e beira os 60 milhões de uma população de 300 milhões. Em comparação, a faixa de zero a 14 anos caiu em 3,3% no mesmo período.

Sem uma solução institucional, será preciso que os próprios candidatos, seus partidários e sua Participação avaliem a capacidade cognitiva dos seus escolhidos e tomem as decisões necessárias. O desafio que se apresenta este ano para os democratas não é pequeno: eles precisam convencer um presidente teimoso e com aparentes problemas na capacidade cognitiva de que ele não está em condições para um segundo mandato.



Hugo Tadeu: Brasil precisa de uma agenda para a competitividade

Pesquisador explica por que o país caiu duas posições no ranking elaborado pelo International Institute for Management Development

05.07.24



RODRIGO OLIVEIRA

O Brasil caiu duas posições em um ano e agora está em 62º lugar no ranking elaborado pelo IMD (International Institute for Management Development) que avalia a competitividade em 67 países. Esta é uma posição mais baixa dos últimos anos e foi puxada pela plora em eficiência governamental e infraestrutura em relação ao ano passado. Desde 2020, o país calu seis posições.

Nesta edição do **Crusoé Entrevistas**, Hugo Tadeu, que comanda a pesquisa no Brasil, além de professor e diretor do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral, descreve os pontos fortes e fracos do país e os motivos para o mal desempenho.

"O que os dez primeiros países do ranking têm em comum é um plano estratégico de governo, criado com universidades e empresas com predisposição para investimento. Esse é um dos principais motivos para uma boa performance", diz Hugo Tadeu.

"Esses países não são tão privilegiados como o Brasil, no que diz respeito à natureza, e têm feito uma tarefa brilhante para gerar crescimento econômico. O Brasil, que tem tanta riqueza e tanto potencial, precisa de um pouco mais de gestão e equilíbrio nessas agendas públicas e privadas", completa o professor.

Tadeu destaca que, embora alguns possam estar descrentes da capacidade nacional de se organizar em torno de um projeto de país, o Brasil tem vários exemplos de sucesso na história.

"A gente já fez isso, se voltar lá nos anos 1970, o Paeg (Programa de Ação Econômica do Governo) e o Plano Real foram assim. Havia uma forte agenda de articulação pública e privada", lembrou o líder da pesquisa de competitividade global no Brasil.

"A gente está precisando sonhar um pouco mais, estruturando esse sonho de uma forma relevante", diz Tadeu. *"Precisamos aliar a isso uma capacidade brutal de entregar. Os dados estão postados: temos que entender, com hombridade e humildade, que é preciso trabalhar para transformar essa pauta em uma agenda nacional."*

Assista ao vídeo da entrevista com Hugo Tadeu abaixo:





Sete jogadores da Alemanha comemoram o primeiro gol contra o Brasil em 2014

A Alemanha tocou por sete bolas

A única forma de perder uma semifinal da Copa do Mundo por 7 a 1 é imaginar que você pode ganhá-la — ou melhor, que você tem a obrigação de ganhar mesmo quando já perdeu.

05.07.24



RODOLFO BORGES

Uma década depois da traumática derrota do Brasil por 7 a 1 para a Alemanha, parece que tudo já foi dito — e, ao mesmo tempo, também que não se falou o bastante sobre aquela semifinal da Copa do Mundo. Alguma definição de trauma deve ser aplicada a essa lógica.

Foi só depois de começar a ler *Home and Away: Writing the Beautiful Game*, uma troca de correspondência entre os escritores noruegueses Karl Ove Knausgård e Fredrik Ekelund durante a Copa de 2014, que atental para a curiosidade de saber o que os dois acharam do 7 ao 1. Como interpretaram, o que tinham para dizer, como poderiam me ajudar a entender?

Knausgaard se tornou uma estrela literária mundial com a série *Minha luta*, uma espécie de *Em Busca do Tempo Perdido* mais explícito e autodepreciativo. Ekelund é mais famoso por ser seu amigo, mas seu relato se torna automaticamente interessante por ele morar no Brasil, ser um desastre do Rio de Janeiro e fazer o papel de torcedor brasileiro contra o “argentino” Knausgård.

Enfim, os dois têm muito a dizer sobre futebol e literatura e a vida, mas, com a proximidade da efeméride de dez anos da maior tragédia do futebol brasileiro, pulei as páginas até chegar ao dia 8 de Julho de 2014. E o amigo famoso tinha muito mais a dizer futebolisticamente de sua casa na Suécia do que o boêmio norueguês carioca, que, como se diz no popular, tão feliz.

“O Brasil era orgulhoso e, como em todas as tragédias, é isso que leva à queda do protagonista”, analisa o *best-seller* ao se questionar por que Gana não foi vítima da humilhação alemã. *“A diferença é absolutamente vital: Gana sabia que a Alemanha era o melhor time e adaptou seu jogo a isso”*, completa, referindo-se ao empate entre as duas seleções por 2 a 2 na fase de grupos.

O Brasil não adaptou seu jogo. Jogou de peito aberto.

A única forma de perder uma semifinal da Copa do Mundo por 7 a 1 é Imaginar que você pode ganhar a partida — ou melhor, que você tem a obrigação de ganhar mesmo quando a partida já está perdida. O Brasil descobriu que poderia ganhar até levar o quinto gol. Só então o tempo se deu conta de que não havia mais o que fazer, senão evitar levar mais gols.

Tudo o que parecia vantagem para a seleção brasileira — *“Intensidade emocional, religiosidade, uma vontade quase louca de ganhar”*, enumera Knausgård — se transformou em desvantagem. *“No futebol, a razão submete a emoção de uma forma absolutamente absurda”*, resume o norueguês, constatando:

“O Brasil tinha muito em jogo. Eles estavam jogando para 200 milhões de pessoas, estavam jogando para restaurar a Copa do Mundo de 1950, estavam jogando por Deus, estavam jogando para mostrar ao mundo, estavam jogando por Neymar, enquanto os alemães estavam jogando pelos mesmos, por esse jogo, esse tempo, essa tarde. Eles jogaram pela próxima divisão, o próximo passe, o próximo contra-ataque, o próximo escanteio.”

Knausgaard compara a situação ao enredo do livro de outro amigo, Geir Angell Øygarden, que escreveu em *Bagdad Indigo* sobre *“amantes da paz que foram para Bagdá com a intenção de interromper a invasão com seus corpos, todos com os ideais criados, querendo salvar o mundo, mas quando as bombas caírem tudo se desintegrou e todos, quase até o último homem, fugiram.”*

Irônica e tragicamente, foi a Alemanha que adaptou seu jogo ao favorito Brasil. Foram eles que calcularam os movimentos, como Gana tinha feito no empate por 2 a 2. Seria o famoso *“jogou por uma bola”*, que já fez do Once Caldas campeão da Copa Libertadores e a Inter de Milão de Mourinho campeã da Champions League, caso os alemães não conseguiram jogar por sete delas.

Rodolfo Borges é Jornalista

As opiniões divulgadas pelos colonistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Lula visita FHC na casa do ex-presidente em São Paulo: Como cada um vai resolver seu problema grego?

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

Fernando Henrique e Lula na pena do poeta

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

No dilema dos gregos, Lula enfrenta um risco: o de ver sua primeira e segunda passagem pela presidência serem apagadas pela sua terceira

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

05.07.24



LEONARDO BARRETO

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

Diz-se que Aquiles, o maior guerreiro grego, estava em dúvida sobre lutar ou não em Troia. Ao consultar sua mãe, Tétis, ouviu que havia dois caminhos à sua frente. **O primeiro era virar as costas para os gregos e ter uma vida familiar previsível, segura e feliz. A segunda era engolir toda sua raiva por Agamenon e partir para a frente com boas chances de nunca mais retornar à sua pátria.**

Para Aquiles, foi uma escolha fácil. **A vida privada, embora pudesse ser próspera e produtiva, era o pior tipo de destino que poderia ser imaginado para os gregos, porque significaria a opção pela mediocridade e o esquecimento**. Em busca da imortalidade, por outro lado, só poderia ser obtido por meio de feitos grandiosos, dignos de serem registrados pelo poeta.

A guerra era o palco por excelência para atos de heroísmo. Dentro da *pólis*, no entanto, o alcance da transcendência por meio de atos memoráveis via na política. Sair de casa e ir para a arena pública tinha o mesmo efeito de ir para a frente, um caminho para os grandes. **O termo “idiota”, por exemplo, era utilizado para designar o cidadão comum, que ficava encapsulado na sua vida ordinária e cotidiana**, voltado quase exclusivamente para atender os apelos do mundo das necessidades.

Como os gregos estão impressos no DNA dos ocidentais, **é impossível não perceber traços desse anseio ancestral que se confundem com a própria natureza da política**. Qualquer morador da cidade do interior que entenda minimamente sua atividade se preocupe em saber como seu nome ficará registrado na história de sua cidade. No mínimo, seu sonho se tornará nome de rua.

Uma foto divulgada da **visita feita por Lula a Fernando Henrique Cardoso nos últimos dias** mostrou dois protagonistas da política brasileira desde antes da redemocratização e lançou uma pergunta válida sobre a relação de cada um com a história. **Como cada um vai resolver seu problema grego?**

Embora, na foto, FHC parecesse mais fragilizado que Lula, **é bem provável que ele seja aquele que não precisa mais se preocupar com isso**. A comemoração dos 30 anos do Plano Real fornece a chave para compreender que ele já transcendeu. A comemoração assertiva da maior mudança de regras econômicas *“já foi experimentada por este país”* sugere fortemente que o tucano será cantado em verso e prosa daqui a 50 anos pelos professores de história – desde que eles não sejam comunistas.

Da mesma forma, por sua vez, mostra que Lula não tem essa garantia. **Pelo contrário, como lembrou Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, a lembrança das três décadas do lançamento do Real foi ainda mais forte porque soou como um protesto contra quem não o aceita e trabalha contra ele**. O recado dado ao PT não pode ser mais claro. O Brasil celebra a herança de um e questiona as intenções do outro.

Lula foi chamado de *“o cara”* por Barack Obama e sempre terá ao seu lado o mito do *“cinderella man”*, isto é, aquele que não tinha nada e se tornou tudo. **Mas, fora o carisma pessoal, o que vai sobrar digno de registro?** Lula tem como referência Getúlio Vargas que, goste-se ou não, criou o modelo de Estado que, depois, FHC anunciou que tentaria desmontar. Mas, qual será o legado de Lula?

O risco que ele enfrenta é o de ver sua primeira e segunda passagem pela presidência serem apagadas pela terceira. E o motivo é simples. Toda a sua atuação social foi promovida pelas condições de estabilidade plantadas pelo plano real. Enquanto seguia essa trilha incremental aberta por outros, foi bem-sucedido. Quando saiu dela e resolveu abrir seu próprio caminho, que é algo corajoso (ou inconsequente?), discursando como se o mundo nascesse, terminasse e renascesse com ele, colocando dúvidas sobre sua própria capacidade.

Feitos históricos exigem tempo para serem compreendidos. **FHC está sendo incensado já no seu crepúsculo da vida, o que é uma dádiva, considerando o quão curto é o período de existência física**. Lula quer entrar no panteão antes de 2026, visando o controle da memória da história e dos poetas que nem Aquiles pretendia.

Leonardo Barreto é cientista político e sócio do **I3P Risco Político**

As opiniões divulgadas pelos colonistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Biden contra Trump

O debate entre os dois presidentes americanos mais recentes, o primeiro das eleições deste ano, mostrou um cenário sombrio para o candidato democrata

05.07.24

IVAN SANT'ANNA

Estou escrevendo esta crônica seis dias antes de sua publicação. Portanto, nesse tempo, poderão acontecer alguns fatos na corrida presidencial americana, fatos esses que não tenho como saber agora. Mas é óbvio que posso especular sobre eles.

Às 9 horas da noite (22h no Brasil) de quinta-feira, 27 de Junho, o presidente Joe Biden debateu (se é que podemos chamar aquilo de debate) com seu adversário republicano, Donald Trump, ambos visando votar nas eleições de 5 de novembro.

Esse confronto foi solicitado por Biden e ocorreu prematuramente (quatro meses antes das eleições), comparado com os das eleições anteriores, desde que o vice-presidente (do general Eisenhower) Richard Nixon enfrentou John Fitzgerald Kennedy, sendo que o segundo acabou vencendo o debate e as eleições.

Desde então, as disputas verbais evocam um tom civilizado até que, em 2016, surgiu o agressivo Donald Trump que, em suas perguntas, respostas e considerações, costuma ofender seus adversários. Foi assim com Hillary Clinton, Joe Biden (em 2020) e novamente Biden agora.

Desta vez, o evento ocorreu no Debate Hall dos estúdios da CNN em Atlanta, Geórgia.

Logo de saída, percebeu-se que Biden parecia um ancião (ele tem 81 anos) enquanto Trump (apenas três anos mais tarde) aparentava, no mínimo, menos dez.

Os dois subiram separadamente em seus respectivos púlpitos (Biden primeiro), não trocaram apertos de mão e nem se olharam.

No último debate Trump/Hillary, eles também não se cumprimentaram, uma vez que ela se sentiria ofendida no confronto anterior.

Desta vez, a CNN não aceitou que um candidato fizesse uma pergunta ao outro, eles se comprometeram a não fazê-lo e cumpriram a palavra. Mesmo porque, caso um deles se dirigisse diretamente ao adversário, seu som seria imediatamente cortado.

Aliás, o tempo de respostas às perguntas era de três minutos e o encarregado do respeito a essa regra não dava nem sequer uma colher de chá de dois ou três segundos. Cortava a frase no meio.

“*Pretendo lidar com os imigrantes ilegais...*”. era assim que funcionava.

Logo se percebeu que Joe Biden estava com a voz muito fraca e hesitante. Sua presença apagada, e o esquecimento do que deveria dizer, bem no meio de uma frase, eram evidências de que se daria mal

Em vários favores, Trump elogiou seu próprio governo e atacou o adversário.

“*Fui o melhor presidente que este país já teve e ele (Biden), o pior*”. O desafiante à Casa Branca não fez por menos.

Mas não foi só isso. Disse que Joe Biden favoreceu a China, provocou a guerra Rússia/Ucrânia e outras acusações sem nenhuma prova.

Em certo momento, quando Trump disse que reduzirá os impostos e que isso traria de volta empresas para os Estados Unidos, Biden, ao comentar essa declaração, precisou consultar um papel de “cola” que traria consigo.

Trump foi muito além do que seria razoável em um debate ao dizer impunemente que Biden assassinava imigrantes, matava fetos de nove meses e até mesmo bebês recém-nascidos.

Sem mostrar grande revolta ou indignação com a calúnia, Joe Biden limitou-se a dizer que aquilo era mentira.

“*É mentira. É mentira.*”

Donald Trump disse que não incentivou a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Joe Biden perdeu uma grande oportunidade de dizer que o motivo da invasão era impedir que o vice-presidente (cargo que nos Estados Unidos acumulava com o de presidente do Senado) Mike Pence lesse a ata do Colégio Eleitoral, ato que configura (como a diplomacia do TSE aqui no Brasil) oficialmente o resultado de uma eleição.

Tal como escrevi acima, sempre que uma pergunta era feita a um dos candidatos, ele tinha três minutos para respondê-la.

Trump, quando a pergunta lhe era muito desfavorável, gastou dois minutos e 50 segundos comentando a fala anterior de Joe Biden, reservando apenas 10 segundos para sua resposta.

Foi o caso quando lhe perguntaram se aceitaria o resultado na hipótese de uma derrota.

Só no finalzinho ele respondeu.

“*Se as eleições forem justas e legais, eu aceito.*” E mais não disse.

Nos dias que se seguiram ao debate, diversos órgãos da imprensa, entre eles o *The New York Times* e a revista *The Economist*, insistiram na desistência de Joe Biden.

Ele não só descartou essa possibilidade, como foi apoiado pelos ex-presidentes Bill Clinton e Barack Obama.

Isso não quer dizer absolutamente nada!

Clinton e Obama podem estar trocando ideias com outros chefes democratas e até mesmo discutindo com Joe Biden uma solução honrosa para sua desistência.

Há também o problema de escolher dois substitutos.

O nome mais lógico seria o de Kamala Harris, vice de Biden.

Outra coisa que poderia vencer Trump seria a super carismática Michelle Obama. Só que toda vez que alguém cite seu nome, ela não demonstra nenhum interesse em voltar a morar na Casa Branca.

O certo é que muita água poderá rolar sob a ponte esta semana.

Certo também é que se ninguém deixar nada a respeito da candidatura Biden, a de Trump será uma barbada em 5 de novembro, “*deslizamento*” como dizem os americanos.

Ivan Sant’Anna é escritor e investidor

[email protegido]

As opiniões divulgadas pelos colonistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé

Valter Camargo / Zênica Brasil



Ariano tomou uma posição de tradução ao que é estrangeiro, o que virou uma espécie de bairrismo folclórico.

Ariano Suassuna na Disney

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

Entre regionalismo ferrenho e cosmopolitismo, o dramaturgo foi um dos responsáveis pelo aprofundamento do fosso entre essas duas tendências

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

05.07.24



JOSIAS TEÓFILO

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

O escritor Ariano Suassuna conta que, após a cerimônia de posse na Academia Pernambucana de Letras, foi jantar na casa de um casal grã-fino no Rio de Janeiro. Lá a senhora, dona da casa, o perguntou: *“O senhor naturalmente já foi à Disney, não foi?”*. Ariano estranhou a pergunta: primeiro a intimidade com o nome do local, Disney em vez de Disneylândia, segundo a assunção de que ele já teria ido, e por fim a decepção em saber que ele não foi e nunca salu do Brasil. Ariano concluiu que a sua anfitriã divide a humanidade em duas categorias: aquelas que foram à Disney e aquelas que não foram.

A anedota contada por Ariano em uma de suas aulas-espetáculo é bastante significativa, apesar do tom humorístico. No Brasil das últimas décadas, e especialmente em Pernambuco, que tem uma cultura popular forte e pujante, a oposição entre regionalismo e cosmopolitismo se intensificou. É verdade que a cultura internacionalizada – especialmente norte-americana – tem levado a melhor. Os adolescentes ouvem muito mais Taylor Swift do que Alceu Valença, evidentemente. Cantam mais em inglês que em português, também. Mas o outro lado – o regionalismo – fechou-se em si mesmo, por assim dizer fossilizou-se. No Carnaval de Pernambuco, canta-se rigorosamente as mesmas músicas desde que a geração dos meus pais o frequentava – não que isso seja ruim em si mesmo, mas é difícil transmitir as gerações mais recentes sem um tempero novo.

A questão é que o próprio Ariano Suassuna foi um dos responsáveis pelo aprofundamento do fosso entre essas duas tendências. Tratamos de que forma isso aconteceu.

O regionalismo cultural nordestino nasceu no Congresso Regionalista de 1926, liderado pelo sociólogo Gilberto de Mello Freyre. Ele, que nasceu em 1900, era um jovem de 26 anos. Freyre havia feito os estudos superiores nos Estados Unidos, onde escreveu sua tese sobre a formação social brasileira, em inglês. Ele teve o impacto de ver o racismo e a segregação racial naquele país — e descobriu o Brasil, pelo contraste naquele contexto que presenciou. A ida dele ao exterior é importantíssima na sua formação e na elaboração do seu pensamento. Poucos anos depois de voltar do exterior, ele realizou o Congresso Regionalista — do qual era conhecido o *Manifesto Regionalista*, hoje publicado em livro, no qual é dito que *“talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter”*.

Com efeito, o manifesto estimulou a produção de uma grande quantidade de obras de arte (de autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, José Américo de Almeida etc) e alterou significativamente o cenário cultural brasileiro.

Num artigo chamado *O Movimento Regionalista e o Armorial* na *Folha de S. Paulo*, Ariano Suassuna diz que o regionalismo é uma posição inicial de criar a partir da realidade que o cerca. As obras de cada autor, evidentemente, têm muitas diferenças entre si. Acontece que Ariano tomou uma posição de tradução ao que é estrangeiro, o que virou uma espécie de bairrismo folclórico.

Quem vê Ariano criticando o rock, o uso de expressões em inglês, Madonna e Michael Jackson, acha até engraçado ou curioso, e de fato essas afirmações têm valor no sentido de se voltar contra um lugar midiático comum da cultura, o problema é que ele tomava uma posição sistemática contra o que era estrangeiro.

Se fosse apenas a posição de um artista, não vejo problema nenhum. A questão é que Ariano foi secretário de cultura dos governos de Miguel Arraes e Eduardo Campos. Suas ideias tornaram-se políticas públicas de cultura. Parece plada mas é verdade: Ariano chegou a sugerir que Chico Science – o maior nome do Mangue Beat, movimento nascido no Recife – usou o nome Chico Clência.

Ele tem acesso exclusivo para que artistas pernambucanos não sejam educados no exterior para não sofrer influência externa. Numa das aulas-espetáculo, ele diz que no passado os Estados Unidos usaram navios de guerra para tomar um país, hoje eles usam Madonna e Michael Jackson – o que é uma bobagem muito grande, a cultura não funciona assim. Na verdade, os Estados Unidos são um dos maiores produtores de cultura do mundo exatamente por absorver uma quantidade muito grande de influência exterior. No cinema americano, trabalhamos gente do mundo inteiro, e cada um dá sua contribuição.

O próprio Movimento Regionalista – sem o qual não existiria Movimento Armorial nem a obra de Ariano Suassuna – foi concebido por um autor que era ao mesmo tempo regionalista (e até bairrista, ele assinalava em todos os seus escritores o bairro onde morava, Alipucos) e cosmopolita como ninguém. Gilberto Freyre recebeu o título de cavaleiro do Império Inglês, ciceroneou a Rainha Elizabeth no Recife, teve como interlocutores Aldous Huxley, John dos Passos, Roberto Rossellini e preparou a obra em que melhor interpreta o Brasil a partir de estudos feitos nos Estados Unidos.

Ariano, com suas posições contra influências estrangeiras, obteve oposição até dentro do Movimento Armorial: o criador da Orquestra Armorial, o violinista Cussy de Almeida (que estudou em Paris com carta de recomendação de Heitor Villa-Lobos) teve um desentendimento com o autor de *O Auto da Compadecida* e houve ali uma ruptura. Cussy composição fazendo música de câmara com instrumentos de orquestra, e Ariano optou por uma vertente mais popular, criando o Quinteto Armorial, que teve que mudar o nome para Quinteto Romançal (porque Cussy registrou o nome Quinteto Armorial).

Josias Teófilo é jornalista, escritor e cineasta

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Em que ponto grupos minoritários dirão “pronto, somos agora tão bem-tratados quanto qualquer outro grupo”?

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas](https://t.me/clubederevistas)

Tenham a Humildade de Admitir a Própria Vitória

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas](https://t.me/clubederevistas)

Em que ponto da história os grupos minoritários dirão “pronto, somos agora tão bem-tratados quanto qualquer outro grupo”?

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas](https://t.me/clubederevistas)

05.07.24



ALEXANDRE SOARES SILVA

[Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas](https://t.me/clubederevistas)

Vamos imaginar que exista um grupo de pessoas que, na linguagem desgastada dos rappers e das crianças respondendo provas na escola, “**sofrem preconceito da sociedade**”: as empresas têm recebido contratá-los, digamos, só por uma característica clássica qualquer que eles tenham e que não prejudicam o trabalho deles em nada; a polícia os revista com mais frequência que o normal, embora eles não cometam mais crimes que os outros grupos, nesta suposição aqui; e de vez em quando eles são espancados com tacos de sinuca, ou arrastados festivamente por picapes.

Digamos também que décadas atrás eles se organizaram e começaram a, muito compreensivelmente, reclamar da situação; que aos poucos um romance aqui, um filme acolá, tenha começado a mostrar pessoas desse grupo como criaturas simpáticas e injustiçadas; e que a situação tenha melhorado gradativamente para eles.

Vamos agora separar esse processo todo em três etapas hipotéticas:

Na fase A, eles começam a reclamar, e a situação começa a melhorar — mas ainda é ruim.

Na fase B, eles foram bem-sucedidos e estão sendo tratados do mesmo jeito que todos os outros grupos da sociedade.

Na fase C, os benefícios que eles receberam não param de vir e de aumentar, e todos os romances e filmes e propagandas são sobre pessoas desse grupo sendo hiper bacanas o tempo todo, e eles estão sendo tratados melhor do que todos os outros grupos.

São fases hipotéticas, repito. São fases logicamente possíveis.

Meu ponto com toda essa história é que é um grande teste de caráter ver em que momento os membros de um grupo param de reclamar da sua situação e de se dizerem injustiçados; em que ponto do movimento de A para B e de B para C eles dizem facilmente: “*Pronto, somos agora tão bem-tratados quanto qualquer outro grupo.*”

Não há nenhum momento em que passe a ser útil dizer isso com todas as letras. Enquanto os membros do grupo não reconhecem que estão pelo menos no ponto B, continuarão a receber mais e mais benefícios. Reconhecer que estão no ponto B (ou, santo Deus, no ponto C) é sair da banheira quentinha de hidromassagem do estado crescente. Por isso algumas pessoas (olha a indireta) que conhecemos, e que pertencem a diversos grupos, se fazem, desculpe dizer a verdade, um pouco de sonsos.

“*Será que a situação do meu grupo melhorou? Tá, talvez, tem umas coisas que melhoraram mesmo, tudo bem, mas ainda tem muuuuito pra mudar*”. Sim, sim, meu amigo filho, não tenho dúvida de que ainda tem muita coisa para você receber que você ainda não recebe — a lista de tesouros a serem recebidos é construída infinitamente — para que pare de reclamar agora?

*

“*Mas ainda tem muito para mudar mesmo*”, dizem os ativistas — e citam estatísticas tão absurdas que é difícil acreditar que alguém acredite nelas a sério, pelo mais conveniente e vantajoso que seja para eles acreditarem. O fato é que mulheres de direita, negros de direita e gays de direita costumam citar estatísticas muito diferentes, com números menores e menos Implausíveis de casos de violência e perseguição. Por que isso acontece? É por isso que eles gostam de correr o risco de serem assassinados, espancados ou preteridos no mercado de trabalho? Não parece crítico. Será possível que o que os distingue dos ativistas não seja tanto uma diferença ideológica, mas (Deus meu) de honestidade?

*

Querendo provar o ponto de que os homossexuais sofrem preconceito no mercado de trabalho audiovisual, a Associação Brasileira de Autores Roteiristas, a ABRA, fez recentemente uma pesquisa entre os seus associados (eles dizem “*associados*”) para saber as porcentagens de gays, lésbicas e heterossexuais que trabalham como roteiristas. certamente os gays seriam uma porcentagem tão pequena do mercado de trabalho que isso provaria uma resistência dos streamings e das produtoras contra as minorias, não?

Os resultados foram estes:

Gays: 37, 1%
Bissexuais: 23,6%
Lésbicas: 16,9%
Pansexuais: 10,1%
Assexuais: 3,4%
Heterossexuais: 5,6%

Bom, acontece; o resultado de algumas pesquisas às vezes nos surpreende. O importante é que obviamente a ABRA vai aceitar o resultado da sua própria pesquisa e mudar a forma como vê o mercado. Espero com confiança uma nota formal deles reconhecendo que, longe de serem perseguidos ou rejeitados, os gays dominam o mercado do audiovisual brasileiro, por uma margem gigantesca inclusiva, e que talvez já seja hora de começar a se preocupar com os heterossexuais, e talvez dos assexuais também, coitados. Estou atualizando a minha caixa de entrada freneticamente esperando esse e-mail, e quando ele chegar eu os aviso nos comentários.

Alexandre Soares e Silva é escritor

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé



Estêncil Anti-Macron diz: "Completo da mídia e das finanças para eleger Macron. Resistai!"

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

O centro não se sustenta

Como o poema é citado por uma revista inglesa para comentar as eleições francesas definem nosso estado de desilusão política

05.07.24

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas



JERÔNIMO TEIXEIRA

Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/clubederevistas

Na bandeira tricolor que tremula contra o céu, a cor branca que deveria ocupar a posição central simplesmente desaparece. Uma nuvem clara toma o lugar da faixa ausente, entre o pano azul, preso no mastro à esquerda, e o vermelho, absurdamente suspenso em pleno ar, à direita. A capa da revista *The Economist* da semana passada quase parece uma imagem de René Magritte, pintor belga que gostava de brincar com as ilusões de realidade que a arte nos acostumou.

Azul, branco e vermelho são as cores nacionais da França, tema da reportagem de capa da revista inglesa. A edição saiu antes do primeiro turno das eleições para a Assembleia Nacional, em 30 de junho, mas isso não comprometeu a análise: o resultado foi aquele previsto pelas pesquisas de opinião. O centro que se desvanece na bandeira é Emmanuel Macron, grande derrotado do povo. O segundo turno, neste domingo, deve definir-se, nos três anos que lhe restaram como presidente, Macron será acompanhado de um primeiro-ministro da esquerda ou da direita. Sua ligação ficou em um humilhante terceiro lugar.

No Brasil, comentaristas de um canal de notícias se exaltaram ao discutir a natureza do grande vencedor das eleições, o Reagrupamento Nacional. É direita nacionalista ou extrema direita? *The Economist* definiu o partido de Marine Le Pen como " *hard right* " – em tradução literal, " *direita dura* ", expressão que fiquei firme – e não demonstrou alarme com sua vitória. A recepção não é que a França se converta ao fascismo: o que a reportagem lamenta é que o novo primeiro-ministro possa emperrar a abertura econômica capitaneada por Macron, pois tanto direita quanto esquerda são protecionistas e populistas em questões fiscais.

Não tenho interesse nem competência para julgar se essa avaliação está correta. O que capturou minha atenção na *Economist*, além da sacada visual da capa, foi o título: " *France's center cannot hold* ". Em tradução livre, o centro da França não é seguro ou não é sustentável.

É uma citação de William Butler Yeats, um dos maiores poetas de língua inglesa do século passado. No início de *The second coming* (A segunda vinda), poema dos anos 1920, ele nos apresenta a imagem de um falcão que, ao subir aos céus, se perde do falcoeiro – e então, no terceiro verso, vem a constatação fatal de que já não existe centro que nos proteja. Na tradução de Paulo Vizioli:

*"Rodando em giro cada vez mais largo,
O falcão não escuta o falcoeiro;
Tudo se esboroa; o centro não é seguro;
Mera anarquia avança sobre o mundo"*

" *As coisas desmoronam; o centro não pode segurar* ." *The Economist* fez bom uso desse conhecido verso. Mas Yeats não deveria falar no ponto intermediário no gradiente ideológico quando empregou a palavra " *centro* ". As coisas que se desfazem (ou se esboroam, na versão de Vizioli) são aquelas que se alimentam da civilização do pé, que se orientavam nosso norte, que davam sentido à vida. Desprovido de centro, anárquico, o mundo cai rapidamente em catástrofes do que reversões nas modestas reformas econômicas de Macron.

Yeats nutria um vivo interesse pelo ocultismo. A segunda vinda (também traduzido como *O segundo advento*) parece uma visão mística do fim dos tempos. O título evoca o retorno de Jesus Cristo à terra, mas o poema se encerra com a imagem sinistra de uma esfinge, uma " *besta rude* " (" *rough beast* ") que se arrasta até Belém para nascer.

Na mesma levada apocalíptica, o poema também fala de uma maré de sangue que afoga a " *cerimônia da inocência* ". Talvez seja um eco do massacre sem sentido da juventude europeia na Primeira Guerra Mundial, encerrada poucos anos antes. E como **a sensibilidade romântica gosta de atribuir dons proféticos aos poetas**, torna-se quase inevitável a tentativa de identificar as coisas futuramente em *A segunda vinda*. Nessa chave, a besta seria Hitler, e a maré de sangue seria a Segunda Guerra Mundial (Yeats morreu sete meses antes da invasão da Polônia, aos 73 anos, em 28 de janeiro de 1939).

Mais proveitoso é que converter Yeats em Nostradamus é ouvir o que ele diz ao tempo presente. Tão perturbadora quanto a maré de sangue e a besta é a sentença proferida nestes dois versos:

*"Os melhores carecem de convicção, enquanto os piores
estão cheios de intensidade apaixonada."*

Em tradução livre: " ***os melhores cuidam de qualquer crime, enquanto os violentos estão cheios de intensidade apaixonada*** ". Talvez mais do que o verso aludido na capa da revista com a bandeira surrealista, essa passagem se presta a interpretações políticas. Pois o terreno em que convicções são defendidas e contestadas (idealmente, de forma civilizada) é, por excelência, a **política**. Trata-se de um **terreno fértil em paixões intensas**.

Embora atravessados por um *pathos* ao mesmo tempo melancólico e angustiado, esses dois versos parecem oferecer consolo a todos nós, que não nos deixam levar pelas intensas paixões da militância. Mais do que consolo, lisonja: basta citar Yeats para nos colocarmos na elevada tensão dos que não têm convicções. Como você os vê, se as ideias e tradições mais nobres foram todas distorcidas e conspurcadas? Está aí o liberal aplaudindo o arbítrio, e o seu lado conservador pregando a revolução, e só um pouco adiante, não que apenas pareça ser o campo oposto, o defensor da democracia pratica a censura e o progressista abraça o obscurantismo.

Em dias mais felizes e felizes, também recorri ao poeta inglês para acariciar minha imodéstia. Hoje, ouço em seus versos uma admoestação, talvez até uma acusação: omissos, os melhores deixaram a intensidade apaixonada promover a anarquia e afogar os inocentes em sangue.

É urgente encontrar um centro, ainda que precário. É necessário abraçar uma acusação, ainda que limitada. Não me explique onde, não me explique qual.

Jerônimo Teixeira é jornalista e escritor

As opiniões divulgadas pelos colunistas não refletem necessariamente as opiniões de O Antagonista e Crusoé